

# O RETORNO DA ALIANÇA CELESTIAL: INTERDEPENDÊNCIA ECONÓMICA E A QUESTÃO ENERGÉTICA

**Joana Lemos e Silva**

*Observatório Político*

## ***Abstract***

O *bouleversement* criado pelo conflito que eclodiu em 2014 na Ucrânia e que depôs o então Presidente Yanukovich elevou as relações na zona e os estados interessados para um patamar de destaque nas relações internacionais. É então decisivo e pertinente analisar os níveis de interdependência económica que surgiram entre a Rússia e a China como resposta aos constrangimentos económicos que o primeiro estado veio a sofrer após a imposição de sanções no ramo energético, essencial para a Rússia, e sobretudo as implicações políticas que acompanham os interesses económicos por parte das duas grandes potências.

---

*However fragmented the world, however intense the national rivalries, it is an  
inexorable fact that we become more interdependent every day.*

***Jacques Yves Cousteau***

## **I. A Globalização e a Interdependência económicas**

A Globalização económica refere-se sobretudo aos movimentos de integração e de aprofundamento da cooperação entre as várias economias, acompanhado pela flexibilização na mobilidade do capital e do trabalho, graças à redução das barreiras económicas que antes eram impostas aos estados. Há uma clara partilha de riscos que leva a que os estados sejam mais cuidadosos na forma como conduzem as suas políticas económicas internas e as suas estratégias para a política externa visto que essas ações terão, necessariamente, repercussões no

setor económico e comercial, sendo as exportações de bens e serviços o principal mecanismo de contágio das recessões e dos ciclos económicos. Esta integração leva, naturalmente, à formação de blocos económicos ou, pelo menos, de regiões mais interligadas entre si pelas estruturas e sistemas económicos, por força da proximidade geográfica e dos benefícios políticos decorrentes de possuir aliados económicos e comerciais, facilitando então o comércio internacional.

Tanto para Robert Keohane como para Karl Nye, autores da Escola Neo-Realista de Relações Internacionais, existe em curso nas relações internacionais um grau de interdependência exacerbado pelo movimento da Globalização, seguindo os pressupostos da Teoria da Interdependência, que contém como base os pressupostos da corrente Realista. Tendo então como base de análise o Estado como principal decisor e ator na arena internacional, conclui-se desde logo que este é um caso de estudo assente na análise da vontade dos Estados de assegurar a sua sobrevivência e segurança. No entanto, ambos os autores consideram que há espaço na arena internacional para a existência de lógicas de cooperação entre estados, sobretudo num plano económico, devido em grande parte à força do movimento de Globalização Económica que os torna, inexoravelmente, interdependentes. Os estados estão interligados sobretudo pela Economia, ainda que numa lógica realista, em que cada ator pretende exponenciar o seu benefício em detrimento do seu custo, levando a que as relações internacionais, e falando no campo puramente económico, sejam assimétricas, quando o que defendem os liberais é que deveria existir um princípio de equidade baseado no funcionamento do mercado em que se assistiria um jogo de “*Win-win*” entre Estados<sup>1</sup>.

Através de tal conclusão pode explicar-se a sensibilidade e a vulnerabilidade crescente dos Estados em relação às modificações constantes não apenas no plano económico, como também social e principalmente político (estes que podem desencadear grandes mudanças no plano político como se verificou no caso da Revolução da Ucrânia em Fevereiro de 2014) e a veracidade do “efeito borboleta” despoletado pela interdependência económica. Assim, Keohane e Nye defendem ainda que o Estado mais poderoso no atual sistema internacional é aquele que consegue, através da formulação de políticas internas e externas, adaptar-se perante mudanças bruscas no cenário internacional e que esse sucesso depende não apenas da formulação de políticas mas também da rapidez da sua implementação e da mudança nos regimes.

---

<sup>1</sup> Keohane, R. & Nye, J., 2000. *Power and Interdependence*. 3ª edição. Longman Publishing Group

Não deixa de ser importante rever o conceito de David Ricardo (explanado na obra *The Principles of Political Economy and Taxation*), precursor da teoria económica neoclássica, de Vantagem Comparativa, conceito este presente em todas as relações comerciais bilaterais e precisamente entre as relações comerciais e económicas entre a Rússia e a China. A Lei de Vantagem Comparativa é utilizada para explicar os benefícios do comércio internacional e das relações económicas interestatais, e principalmente do comércio bilateral entre estados próximos geograficamente. Um estado tem vantagem comparativa, ou relativa, em relação a outro e acerca de um mesmo bem ou prestação de serviço, se a sua produção for mais eficiente que a produção do outro estado. Tal significa que um estado terá vantagem sobre o outro se produzir um bem ou serviço em que o seu custo de oportunidade e custos de produção sejam significativamente inferiores ao de outro. Desta forma David Ricardo apresentou os benefícios do comércio internacional explicando que todos os estados beneficiam dele desde o momento em que se especializam, e sejam eficientes, na produção de um bem, apresentando assim uma vantagem competitiva. Esta é então uma lei que dá forma e operacionaliza as estratégias da Rússia e da China no que concerne às parcerias que tinham vindo a ser estabelecida desde o século passado, mas que alavancaram no ano de 2014 graças aos constrangimentos económicos que a Rússia sofreu por parte do Ocidente e que a China soube explorar em seu benefício, aproveitando a abertura de uma janela de oportunidade que colmatará as suas fraquezas em termos de segurança energética e de abastecimento.

Aplicando a lei da vantagem comparativa do economista inglês, a Rússia e a China têm maiores benefícios se cooperarem economicamente do que se o fizerem sozinhos. A Rússia fornecerá à China um bem e prestará um serviço em que tem uma clara vantagem comparativa – o abastecimento de petróleo e de gás natural – ao passo que a China fornecerá um bem em que também tem uma clara vantagem competitiva – o fornecimento de maquinaria, de tecnologia de ponta e de capital para o investimento nas empresas do sector energético russo. Os benefícios económicos são claros na medida em que a Rússia não precisará de gastar ou de investir capital, que neste momento não possui ou que teria de retirar de orçamentos como o do armamento (aumentando então os custos de oportunidade na produção do bem que lhe daria maior vantagem comparativa), em soluções alternativas para se esquivar às sanções dos EUA e da UE e aproveitará assim os investimentos que os chineses estão a fazer em gasodutos para aumentar as exportações destas *commodities*, ao mesmo tempo que a China não terá de continuar a abastecer-se em mercados mais longínquos, diminuindo os custos de transporte e ganhando mais controlo sobre o abastecimento de energia através



de contratos com o governo e as empresas russas, aumentando a sua segurança energética. Ambos os estados têm uma vantagem absoluta nos sectores em que são bons, mas não é do seu interesse que se isolem para conduzir atividades económicas por conta própria e então há que dividir trabalho de acordo com as suas vantagens comparativas, para que cada um se concentre no que realmente é bom deixando outro fazer o resto do trabalho e não construindo esforços e perdendo tempo e dinheiro ou produtividade nas atividades em que poderiam ser menos bons. No final, a troca voluntária de bens e de serviços levará os países a uma condição geral muito melhor porque acabam por ter menos custos de oportunidade (não têm de duplicar o seu esforço). O modelo de David Ricardo é facilmente aplicável à realidade em estudo e exemplificativo dos benefícios do comércio bilateral visto que se verificam as premissas que o estruturam, como a de o comércio ser realizado entre dois estados com economias com estruturas de produção diferentes, com vantagens comparativas em relação ao outro, com diferentes aparatos tecnológicos e onde o custo de transporte, a longo prazo, será apenas o da manutenção dos gasodutos e dos oleodutos construídos.

## II. Constrangimentos económicos e procura de novos mercados

Desde que Putin subira ao poder, a Rússia lucrou bastante com a extração, exploração e exportação de petróleo e gás natural (de 6,1 milhões por dia para os 10,6 milhões por dia), demonstrando a atual importância da produção e exportação de energias fósseis, sendo neste contexto que as principais empresas do sector cresceram, como a *Gazprom* e a *Lukoil*. Blake Marshall, especialista estadunidense em relações económicas EUA-Rússia e experiente analista e consultor junto de várias companhias ocidentais (como o U.S.-Russia Business Council), afirma que os conflitos da Ucrânia e da Crimeia eclodiram num contexto económico bastante desfavorável para a Rússia, que via pela primeira vez desde a década de '90 a sua performance económica deteriorar-se, entrando na estagnação económica desde meados de 2013.

As tensões Rússia-Occidente (entenda-se como Occidente sobretudo EUA e UE) intensificaram-se desde a anexação da Crimeia, culminando num pacote de medidas sancionatórias para a Rússia com o objectivo de enfraquecer a economia interna, isolando o país internacionalmente, obrigando Putin a mudar o rumo da política externa em relação à Crimeia. As sanções económicas que passaram sobretudo pela proibição de investir em companhias e empresas russas (principalmente as estatais), pela proibição de importar bens e serviços da Crimeia, pela restrição das trocas comerciais e do capital destinado ao

investimento ou empréstimos bancários para a prossecução das atividades que sustentam o sector energético e, por conseguinte, o sistema económico russo. A Rússia viu-se a braços com um retrocesso no processo de construção e melhoria de infra-estruturas, dos transportes e da exploração de petróleo e gás natural, assim como teve de enfrentar um cartel de instituições e empresas do Ocidente (como a *Total*, dos EUA, ou a *ExxonMobil*, de França) que tiveram como objectivo dirimir a força do sector energético russo e a alavancagem que vinha a ocorrer na economia russa. As implicações económicas para a Rússia ultrapassam o mero refreamento do sector energético, pois sendo este a base da estabilidade económica do país leva a que exista falta de financiamento para outras áreas da economia que dependem dos lucros que provêm das exportações de petróleo e gás natural (sobretudo com a UE cujas exportações lhe permitiriam manter em 2014 os níveis de crescimento de 2013), e sobretudo causa instabilidade pois o orçamento russo que estima o seu crescimento sustentável baseado nestas mesmas exportações é desprovido de tais lucros (o petróleo e o gás natural perfazem cerca de 70% do orçamento russo)<sup>2</sup>.

Keohane defende que a distribuição geopolítica do poder é feita segundo a localização geográfica de recursos naturais e do valor que esses recursos têm na economia em vigência e nesta lógica de pensamento é possível concluir que a Rússia tem um posicionamento geográfico e geoestratégico importante, principalmente para o tipo de produto que exporta, pois consegue exportar por terra tanto petróleo como gás natural<sup>3</sup>.

Foi então a partir da tomada de consciência desta localização geográfica que a Rússia concentrou os seus esforços na criação de novas sinergias e na procura de novos parceiros que permita ao país não ter de voltar atrás com a sua estratégia política para a Crimeia e ao mesmo tempo criar novas alianças e esferas de influência na região eurasiática com uma China totalmente dependente das importações de recursos energéticos.

### III. A Segurança Energética

O conceito de Segurança Energética surge nas décadas de '70 e de '80 do século XX aquando da crise petrolífera de 1973 que abalou fortemente as economias ocidentais extremamente dependentes dos países produtores de petróleo (na

---

<sup>2</sup> Marshall, B., 2014. *Russia, Ukraine and U.S. Economic Policy*. The National Interest (online). Disponível em: <http://nationalinterest.org/feature/russia-ukraine-us-economic-policy-11436>

<sup>3</sup> Keohane, R. & Nye, J., 2000. *Globalization: What's New? What's Not? (And so What?)*. Foreign Policy. Nº 118. WashingtonPost Interactive LLC (online)



altura a produção era cartelizada somente pela OPEP) e o conceito evoluiu da segurança energética numa ótica de monoproduto (assente apenas na existência de *stock* de petróleo em cada Estado) para um conceito mais lato abrangendo outras fontes de energia e incluindo mesmo o conceito de Segurança Ambiental<sup>4</sup>. Relacionando a teoria com a prática, conclui-se que a segurança energética dos estados envolvidos é extremamente importante para uma análise detalhada do contexto atual e das implicações económicas. Começando pela Rússia, e seguindo o conceito de Keohane, é claramente uma potência mundial visto que tem acesso a energias (segundo o relatório anual da EIA para 2013, a Rússia é o segundo maior produtor de petróleo a nível mundial<sup>5</sup>. O problema da segurança energética põe-se à Federação Russa sobretudo após o caso das sanções impostas pelos EUA e UE.

Ainda que a Rússia tenha mantido uma postura inabalável, Putin tinha conhecimento que um corte nas fontes de investimento levaria a que o setor se tornasse insustentável a longo prazo visto que esta é uma indústria que ainda não se tornou auto-suficiente. Se o investimento estrangeiro falhar para com a indústria de produção petrolífera de gás natural petróleo a segurança energética da própria Rússia será posta em causa pela fraca capacidade que o país terá para extrair e produzir as suas próprias fontes de energia, tendo então de começar a importar. O setor de energia da Rússia assegura uma boa parte da segurança energética global por ser um grande fornecedor de energia, sendo a Gazprom a fornecedora principal. A Rússia tem os maiores recursos de petróleo, gás natural e carvão mas para manter os níveis de produção e a sustentabilidade precisa de investimento constante na tecnologia. O sector da energia é muito importante para a Rússia porque providencia energia internamente, apesar de o fazer de forma ineficiente, usando o dobro de energia por GDP que outros países membros da Agência Internacional de Energia utilizam.

Em 1980, Deng Xiaoping considerou a energia como “a questão primordial da economia” para a China e tem sido esta um fator de desenvolvimento, riqueza e segurança do país. A auto-suficiência chinesa no campo energético está intimamente relacionado com a sua segurança energética, dado o exemplo de 1993 em que os poços chineses começaram a esgotar-se tendo o país de procurar novas soluções. A China foi então bastante inteligente ao celebrar acordos energéticos com a Rússia pois a sua segurança energética estaria mais ameaçada se continuasse a importar maioritariamente do Japão ou dos EUA que poderiam,

---

<sup>4</sup> Nunes, C.C., 2013. *Working paper nº17- “O conceito de Segurança Energética”*. Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

<sup>5</sup> IEA, 2014. *Oil Market Report:12 December 2014*. IEA. Disponível em:  
<https://www.iea.org/oilmarketreport/omrpublic/currentreport/#Supply>



por razões políticas relacionadas com a questão de Taiwan, cortar o abastecimento de petróleo e conseqüentemente afectar o seu desenvolvimento industrial.

#### **IV. Novas alianças económicas e diplomáticas: a emergência de um bloco energético sino-soviético**

No contexto desenvolvido, ambos os estados tiveram grande urgência em aliar-se, sendo que esta é uma relação pensada já há algumas décadas e é uma relação que surge de forma natural não apenas pelas simpatias políticas que atualmente os dois Estados nutrem mutuamente mas também devido ao facto de a Rússia ser um *net exporter* nato e de a China ser o quinto maior *net importer* de energia a nível. A Rússia, porque entendeu que a China não tem quaisquer pretensões de avaliar ou fazer juízos de valor em relação à Ucrânia e à tomada da Crimeia seguindo as suas habituais políticas de não-intervenção externa, para que se constituísse uma nova parceria com vista ao investimento chinês na indústria energética russa, e a China porque acredita que o seu apoio à Rússia em forma de investimento e trocas comerciais garante também à China que a Rússia a apoie diplomaticamente em fóruns internacionais levando a cabo as suas pretensões de mudar a actual balança de poderes. Assim, em Maio de 2014, a Rússia e a China assinaram um acordo para 30 anos de 4000 biliões de dólares para produzirem em parceria cerca de 38mmc de gás natural para ser disponibilizado anualmente à China, o que fará com que as trocas comerciais entre estes dois estados aumentem, segundo estimativas, de 89,2 biliões de dólares em 2013, para 100 biliões já em 2015 e para 200 biliões em 2020, tudo graças ao sector do petróleo e do gás natural. Para tal, a Gazprom já terá desenhado (desde 2009 após o início de negociações em 2004) um projeto final – o *Altai*- de oleodutos que irá ligar a zona de produção do Oeste Siberiano ao Nordeste Chinês com vista a providenciar à China 30bmc de gás anualmente, complementando o oleoduto *Power of Siberia* que já providencia cerca de 38bmc. Quando o projeto do Altai estiver concluído a China será então o maior consumidor e importador de gás natural russo, seguindo o curso das suas políticas de *Going Out* viradas para a garantia de fontes de fornecimento de energia através da compra de participações em mercados estrangeiros, e através da exploração e da produção no exterior e na construção de oleodutos e refinarias.

É neste sentido que o bloco económico regional composto pela Rússia, pela China, pelo Cazaquistão, pelo Quirguistão, pelo Tajiquistão e pelo Uzbequistão – a Organização para a Cooperação de Shanghai – se afirma como uma instituição



importante para complementar, aprofundar e dar bases estáveis para a prossecução dos objectivos das duas potências. A Cooperação de Shanghai, que conta ainda com a participação, enquanto membro observador, da Índia, constitui-se, e já desde a organização precursora – *Shanghai Five* –, como uma organização cujo objectivo, para além do da facilitação do comércio internacional na região eurasiática, é o de controlar e restringir a influência das potências ocidentais nesta que é, ainda hoje, uma região cobiçada pelos poderes mundiais à luz das teorias de Mackinder acerca do controlo do *Heartland*<sup>6</sup>.

Já em 2007 a organização iniciara cerca de 20 mega projetos relacionados, entre outros, com a área energética não esquecendo que esta é uma organização com uma forte componente militar e securitária preocupada com a defesa na região dado que a Rússia e a China têm preocupações comuns como o combate ao narcotráfico ou aos movimentos terroristas e que esse é um factor importante para manter a dinâmica e a estabilidade das relações económicas Rússia-China no campo do fornecimento energético e do investimento no sector dos recursos.

A Cooperação de Shanghai permite então, através da criação de uma zona de comércio livre facilitar os negócios e trocas comerciais que a Rússia e China pretendem manter até ao ano 2030, abolindo barreiras aduaneiras e melhorando os *flows* comerciais entre as duas potências, sendo que em 2005, no encontro anual da organização, em Moscovo, já se dava prioridade aos projetos conjuntos na área dos recursos energéticos, e sendo ainda que em 2006 a Rússia já começara a desenvolver planos para a criação de um Clube de Energia da organização, tendo o então representante do Ministério dos Negócios Estrangeiro da Rússia afirmado que assegurar a segurança energética tinha ganho especial relevância dada a recessão mundial.

Concluindo, pode dizer-se não só que os processos de Globalização dirimem a eminência de novos conflitos de grande escala entre estados, como aconteceu no mais recente conflito entre Rússia e EUA devido à Crimeia, com uma União Europeia mais moderada nas sanções devido ao receio de não conseguir abastecer-se a preços mais baixos a partir dos gasodutos e oleodutos russos tendo de abastecer-se nos EUA; mas pode dizer-se ainda que a zona eurasiática estará sobre influência direta das duas potências mantendo a estabilidade na região e acabando por criar novos sistemas económicos que, no seu conjunto,

---

<sup>6</sup> Andrews-Speed, P. & Dannreuther, R., 2011. *China, oil and global politics*. Routledge. Disponível em: [https://books.google.pt/books?id=ruusAgAAQBAJ&dq=china,+oil+and+global+politics+pdf&hl=pt-PT&source=gbs\\_navlinks\\_s](https://books.google.pt/books?id=ruusAgAAQBAJ&dq=china,+oil+and+global+politics+pdf&hl=pt-PT&source=gbs_navlinks_s). Acessado a 17.12.2014.



desafiarão as grandes economias e os grandes blocos económicos dos países desenvolvidos que tentam ripostar com novos projetos como o TTIP.

*The world is seeing the emergence of a qualitatively different geo-political situation, with the emergence of new centers of economic growth and political influence.*

**Vladimir Putin**

**OBSERVATÓRIO POLÍTICO**

Rua D. Luís de Noronha, nº 35 – 7ºE  
1050-071 Lisboa PORTUGAL  
Tel. (00351) 21 820 88 75  
geral@observatoriopolitico.pt

Para citar este trabalho/ To quote this paper:

SILVA, Joana Lemos . «O retorno da Aliança Celestial: interdependência económica e a questão energética », *Working Paper #55* , Observatório Político, publicado em 27/07/2015, URL: [www.observatoriopolitico.pt](http://www.observatoriopolitico.pt)

**Aviso:**

Os working papers publicados no sítio do Observatório Político podem ser consultados e reproduzidos em formato de papel ou digital, desde que sejam estritamente para uso pessoal, científico ou académico, excluindo qualquer exploração comercial, publicação ou alteração sem a autorização por escrito do respectivo autor. A reprodução deve incluir necessariamente o editor, o nome do autor e a referência do documento. Qualquer outra reprodução é estritamente proibida sem a permissão do autor e editor, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.